

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2017

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportado ao período de 6 meses findo em 30 de junho de 2016, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 4.252.452,26 € de despesa paga e um total de 4.562.295,68 € de receita cobrada, incluindo um saldo de gerência anterior de 129.977,35 €), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 49.083.685,19 € e um total de fundos próprios de 16.790.896,67 €, incluindo um resultado líquido de 531.606,62 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. Responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
 - e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral:

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Jun 17	Grau Exec. Orç. Jun 16	Grau Exec. Orç. Dez 16
Cl.	Designação									
1	Despesas com o pessoal	3 732 179,28	3 654 310,49	77 868,79	97,91%	1 801 200,36	1 930 978,92	48,26%	50,19%	97,95%
2	Aquisição de bens e serviços	5 967 034,27	5 585 973,06	381 061,21	93,61%	1 158 669,67	4 808 364,60	19,42%	20,98%	42,94%
3	Juros e outros encargos	1 794 090,00	1 735 686,45	58 403,55	96,74%	60 793,39	1 733 296,61	3,39%	3,43%	12,48%
4	Transferências correntes	385 234,00	277 372,24	107 861,76	72,00%	136 062,32	249 171,68	35,32%	20,91%	76,00%
5	Subsídios	40 010,00	40 000,00	10,00	99,98%	0,00	40 010,00	0,00%	0,00%	0,00%
6	Outras despesas correntes	184 211,00	152 560,00	31 651,00	82,82%	42 982,08	141 228,92	23,33%	35,03%	65,20%
	DESPESAS CORRENTES	12 102 758,55	11 445 902,24	656 856,31	94,57%	3 199 707,82	8 903 050,73	26,44%	27,18%	56,07%
7	Aquisição de bens de capital	9 926 619,46	5 907 958,59	4 018 660,87	59,52%	631 008,51	9 295 610,95	6,36%	4,12%	15,46%
8	Transferências de capital	183 773,00	147 221,38	36 551,62	80,11%	69 979,81	113 793,19	38,08%	4,29%	25,92%
9	Activos financeiros	64 700,00	64 600,00	100,00	99,85%	32 300,00	32 400,00	49,92%	50,00%	100,00%
10	Passivos financeiros	957 530,00	870 408,22	87 121,78	90,90%	319 456,42	638 073,58	33,36%	36,71%	82,27%
11	Outras despesas de capital	20,00	0,00	20,00	0,00%	0,00	20,00	0,00%	0,00%	0,00%
	DESPESAS DE CAPITAL	11 132 642,46	6 990 188,19	4 142 454,27	62,79%	1 052 744,74	10 079 897,72	9,46%	8,73%	25,24%
	TOTAL DE DESPESAS	23 235 401,01	18 436 090,43	4 799 310,58	79,34%	4 252 452,56	18 982 948,45	18,30%	20,14%	44,52%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões	Receita Cobrada		Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.
Cl.	Designação	Corrigidas	Liquida	Saldo	Jun 17	Jun 16	Dez 16
1	Impostos directos	1 290 030,00	652 100,27	-637 929,73	50,55%	51,15%	106,15%
2	Impostos indirectos	16 280,00	8 833,90	-7 446,10	54,26%	11,73%	21,90%
4	Taxas, multas e outras penalidades	104 927,66	59 938,34	-44 989,32	57,12%	65,30%	132,70%
5	Rendimentos da propriedade	60,00	0,00	-60,00	0,00%	0,00%	0,11%
6	Transferências correntes	5 642 978,00	2 770 205,52	-2 872 772,48	49,09%	16,42%	33,34%
7	Venda de bens e serviços correntes	1 142 013,00	520 500,15	-621 512,85	45,58%	39,37%	105,35%
8	Outras receitas correntes	5 475 802,00	3 453,88	-5 472 348,12	0,06%	57,01%	138,60%
	RECEITAS CORRENTES	13 672 090,66	4 015 032,06	-9 657 058,60	29,37%	20,39%	43,18%
9	Venda de bens de investimento	110,00	0,00	-110,00	0,00%	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	3 271 868,00	414 863,56	-2 857 004,44	12,68%	30,83%	70,10%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	10,00	0,00	-10,00	0,00%	0,00%	0,00%
13	Outras receitas de capital	6 161 335,00	1 476,00	-6 159 859,00	0,02%	53367,80%	72158,40%
	RECEITAS DE CAPITAL	9 433 323,00	416 339,56	-9 016 983,44	4,41%	31,86%	71,50%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	946,71	936,71	9467,10%	35895,60%	40420,90%
16	Saldo da gerência anterior	129 977,35	129 977,35	0,00	100,00%	100,00%	100,00%
	OUTRAS RECEITAS	129 987,35	130 924,06	936,71	100,72%	102,04%	102,29%
	TOTAL DE RECEITAS	23 235 401,01	4 562 295,68	-18 673 105,33	19,64%	21,65%	45,09%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	jun/17	jun/16	jun/17	jun/16
Receita total / Despesa total	107,29%	107,51%	24,75%	24,28%
Receita corrente / Despesa corrente	125,48%	114,23%	35,08%	34,38%
Receita capital / Despesa capital	39,55%	47,56%	5,96%	4,76%
Despesa Pessoal / Despesa Total	42,36%	45,16%	19,82%	18,76%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	27,25%	31,27%	30,30%	30,76%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	14,84%	6,59%	32,05%	31,25%
Serviço da Dívida / Despesa Total	7,51%	9,03%	4,72%	5,08%
Receitas próprias / Despesa Total	32,39%	33,80%	7,47%	7,63%
Transferências recebidas / Despesa Total	74,90%	73,72%	17,28%	16,65%
Juros e outros encargos / Despesa Total	1,43%	1,63%	9,41%	9,88%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	jun/17	jun/16
Receitas próprias / Receita total	30,19%	31,43%
Transferências recebidas / Receita Total	69,81%	68,57%

6. Considerando o mapa referente à execução da despesa paga, em termos globais, a execução das despesas correntes é ligeiramente superior a 26% (que compara com cerca de 27% em junho de 2016) e a execução das despesas de capital ronda os 9,5% (que compara com cerca de 9% em igual período do ano transato), pelo que, em termos comparativos, regista-se uma evolução desfavorável na execução da despesa, em que globalmente, as despesas pagas representam 18,3% das dotações corrigidas, facto que compara com 20,14% em junho de 2016 e 44,5% em dezembro de 2016.

Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 79,34% (contra 89,17% em igual período do exercício anterior), sendo que nas despesas correntes os compromissos assumidos representam 94,6% das dotações corrigidas (que compara com 90,31% em igual período do ano anterior) enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam cerca de 62,7% da dotação existente (rácio que compara com 87,31% da dotação existente em igual período do ano anterior).

Ao nível da despesa corrente destaca-se a ausência de execução orçamental ao nível dos subsídios concedidos e reduzida execução orçamental com reporte aos juros e outros encargos (3,39% que compara com 3,43% em igual período do exercício anterior), essencialmente relacionado com o efeito da não

concretização dos programas de ajustamento financeiro (recurso ao FAM no período anterior e atualmente o plano de reequilíbrio financeiro).

As despesas com pessoal encontram-se executadas em 48,26% (50,19% em junho de 2016), encontrando-se, por isso, dentro dos valores expectáveis para o período analisado. Contudo, importa referir, na sequência do indicado em relatórios de períodos anteriores, a existência um acordo de pagamento da dívida acumulada com a ADSE, sendo que do ponto de vista orçamental, os valores em dívida estão diferidos para os anos subsequentes, em conformidade com o acordo em vigor. Deste modo, para 2017 foi orçamentada e executada a dívida a pagar nos termos do acordado e que, considerando os primeiros seis meses de atividade, ascende a 42.185,54 €, justificando-se desta forma o maior volume de despesa paga face às dotações corrigidas do período.

Analisando a execução do orçamento da despesa corrente ao nível da aquisição de bens e serviços, assiste-se a um ligeiro decréscimo de execução face a igual período de 2016 (de 20,98% em junho de 2016 para 19,42% em junho de 2017), indicador que se situa ligeiramente abaixo da linha de execução orçamental anual verificada no período anterior (42,94%), pese embora, seja um indicador modesto face ao valor expectável para o período. Contudo, a despesa comprometida ascende a 93,6% das dotações corrigidas. O grau de execução orçamental está relacionado com o volume de despesa paga face às dotações corrigidas, sendo os itens de menor execução, a aquisição de combustíveis, artigos de limpeza e higiene, alimentos confeccionados e para confeccionar, material de escritório, peças e acessórios para bens de transporte, a aquisição de água (execução orçamental de 2,5%) e a obtenção de trabalhos especializados (pagas cerca de 16,4% das dotações corrigidas para o período), situações relacionadas com o elevado valor de dívida antiga registada e ainda não paga, face à insuficiência de recursos financeiros, fator ao qual não é alheio a não concretização em períodos passados dos programas "PAEL – Programa de Apoio à Economia Local", "Reequilíbrio Financeiro" e, mais recentemente, ao "FAM – Fundo de Apoio de Municipal".

Ao nível das despesas de capital assiste-se a um acréscimo face ao verificado em junho de 2016 (9,46% em junho de 2017 face a 8,73% em junho de 2016), situação que resulta do acréscimo da despesa paga face às dotações corrigidas, quando comparadas com igual período do ano anterior. Contudo, importa referir os modestos graus de execução orçamental ao nível das aquisições de bens de capital (6,36% que compara com 4,12% em junho de 2016) e transferências de capital (38,08% que compara com 4,29% em junho de 2016).

A aquisição de bens de capital está diretamente relacionada com a não resolução da dívida associada à construção da habitação social (especialmente decorrentes da evidenciação de dívida antiga à empresa Manuel Rodrigues Gouveia), assim como a consideração de despesa prevista em escolas, cemitérios, instalações desportivas e recreativas, parques e jardins e viadutos, arruamentos e obras complementares e investimentos em material administrativo e informático. A solução para quitação do elevado valor de

dívida antiga estará pendente da obtenção de fundos do Plano de Saneamento Financeiro, o que deverá, de acordo com o apurado, ser apresentado em Assembleia Municipal, no decorrer de 2017.

Ao nível das transferências de capital, assiste-se igualmente a um grau de execução orçamental moderado, pese embora bastante acima do verificado em igual período anterior (38,08% face a 4,29% em junho de 2016). O grau de execução orçamental verificado resulta da inexistência de transferências a favor de Freguesias e Associações de Municípios e transferências de algum relevo, face às dotações corrigidas, para instituições sem fins lucrativos (apoio ao associativismo) no valor de 69.979,81 €.

Considerando que esta informação reporta às contas semestrais, os graus de execução orçamental deveriam situar-se, em média, próximo dos 50%. O modesto grau de execução orçamental está diretamente relacionado com o baixo volume de despesa paga, situação que se encontra relacionada com as contingências financeiras a que o Município se encontra sujeito.

De referir que as contingências financeiras do Município são provenientes da acumulação de dívida em diversos períodos passados, sobre as quais existiram várias tentativas no sentido de proceder ao seu escalonamento (com amortizações periódicas de capital e juros), recorrendo a programas destinados a esse efeito (inicialmente reequilíbrio financeiro, PAEL e recentemente o FAM e o saneamento financeiro), cujo objetivo seria mitigar qualquer contingência decorrente de processos judiciais de credores. Ao atraso referido não foram alheias as indefinições associadas ao destino a dar à empresa Municipal "EMCEL", situação que se crê resolvida atendendo à internalização das diversas atividades daquela entidade, fazendo os ativos e passivos parte integrante da situação patrimonial do Município.

Face ao referido, a concretização de um plano financeiro adequado é urgente de modo a que o Município proceda à regularização da dívida vencida e evite possíveis consequências decorrentes da elevada mora apresentada.

7. No que se refere à execução orçamental da receita, globalmente, esta apresenta um indicador de 19,64% (que compara com 21,65% em junho de 2016), apresentando, por isso, uma evolução ligeiramente abaixo do verificado em iguais períodos transatos. Para o menor grau de execução orçamental contribui fortemente a não obtenção de receitas correntes previstas, designadamente a não concretização do plano de saneamento financeiro, situação que se prevê que venha a ter desenvolvimentos nos períodos subsequentes.

Tendo como linha de análise a execução da receita corrente, verifica-se a obtenção de um indicador modesto (29,37% que compara com 20,39% em junho de 2016), situação decorrente da não concretização das receitas obtidas ao nível das transferências correntes - outras receitas correntes (inexistência da receita do

saneamento financeiro), facto que prejudica o rácio de execução da receita corrente para o período mencionado.

De todo o modo, importa referir que a execução orçamental ao nível dos impostos diretos e indiretos, taxas, multas e outras penalidades se encontra num intervalo de valores centro do expectável para o período de análise, atingindo no primeiro caso 50,55% (contra 51,15% em junho de 2016) e, nas restantes situações, 64,26% (contra 11,73% em junho de 2016) no caso dos impostos indiretos e, 57,12% (contra 65,30% no primeiro semestre de 2016) para as taxas, multas e outras penalidades. Os graus de execução referidos resultam, respetivamente, dos valores obtidos do IMI (Imposto Municipal de Imóveis), IMT (imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis) e IUC (imposto Único de Circulação) e de taxas de saneamento e resíduos sólidos, loteamentos e obras e ocupação da via pública.

Com referência às "outras receitas correntes" verifica-se um grau de execução orçamental de 0,06% (contra 57,01% em junho de 2016) facto resultante da não obtenção de receitas previstas para ao nível do programa de saneamento financeiro para efeitos de cobertura das despesas correntes.

A venda de bens e serviços correntes regista um grau de execução próximo do expectável (45,58% contra 39,37% em junho de 2016), facto relacionado com a venda de água (execução de 42,30% do orçamento) e correspondente tarifa fixa (execução de 46,73% do orçamento), cobranças de taxas de saneamento e resíduos sólidos (execução de 53,25% e 52,60% do respetivo orçamento), sendo que a obtenção de rendas se cifrou nos 80.945,09 €, permitindo a execução de 25,60% do orçamento previsto. A execução de alguns itens da receita desta natureza por indicadores superiores a 50% permite que o efeito conjugado de toda a rubrica atinja valores dentro do expectável para o período de análise.

No que se refere às receitas de capital, as transferências de capital obtidas representam cerca de 12,7% da previsão corrigida (contra sensivelmente 30,8% em igual período do exercício anterior), sendo que a não obtenção de um indicador de maior relevância encontra-se especialmente relacionados com a receita proveniente da comparticipação comunitária de projetos cofinanciados (obtidos 143.741,56 € até junho de 2016 para uma previsão anual corrigida de 2.729.567 € - execução orçamental de 5,27%).

- 8.** Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 125,48% em junho de 2017, quando em igual período do ano anterior havia sido de 114,23%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 35,08% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 34,38%.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, em junho de 2017 verifica-se um decréscimo face a junho de 2016, isto é, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital em 39,55% e em 47,56% no ano imediatamente anterior. Tendo por base a ótica da despesa

comprometida, até junho de 2017 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 5,96% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2016 as despesas de capital apenas se encontravam cobertas em cerca de 4,76%.

- 9.** No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada a junho de 2017, identifica-se um decréscimo, face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.407.125 € em junho de 2016 para 1.377.227 € em junho de 2017 (menos 29.898 €). Este efeito, associado ao acréscimo da despesa total em junho de 2017 face a junho de 2016 (mais 89.010 €) implicou, na ótica da despesa paga, um decréscimo da cobertura das despesas totais com este tipo de receitas, atingindo um rácio de 32,39 % em junho de 2017 contra 33,8% em junho de 2016. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, a evolução também é ligeiramente desfavorável, sendo que as despesas totais são cobertas, em junho de 2017, por 7,47% das receitas próprias e em junho de 2016 por 7,63%.
- 10.** A despesa comprometida até 30 de junho de 2017 mostrou-se superior em 13.873.795 € relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 13.956.240,81 € em junho de 2016, constituindo um indicador positivo em termos evolutivos, pese embora e pelas razões já apontadas, mostrando dificuldades do Município em proceder à liquidação atempada dos seus compromissos assumidos em períodos passados.
- 11.** A evolução da despesa (comprometida no exercício e a acumulada) e a não concretização com sucesso o recurso aos programas PAEL, de Reequilíbrio Financeiro e "FAM", justificam o recurso ao Plano de Saneamento Financeiro de modo a dotar o município dos meios necessários ao cumprimento das responsabilidades assumidas e já vencidas.

ANÁLISE ECONÓMICA

12. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		jun/17	%	jun/16	%	dez/16	%
Cl.	Designação						
71	Vendas e prestações de serviços	454 003,30	9,60%	456 101,86	9,97%	1 006 760,69	10,06%
72	Impostos e taxas	744 409,71	15,74%	679 628,63	14,85%	1 475 815,18	14,75%
73	Proveitos Suplementares	161 981,17	3,42%	90 975,88	1,99%	328 545,75	3,28%
74	Transferências e subsídios obtidos	3 047 751,16	64,44%	2 996 546,00	65,49%	6 059 847,18	60,58%
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	19 385,59	0,42%	25 920,80	0,26%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	183,74	0,00%	1 296,32	0,03%	19 056,97	0,19%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	321 361,28	6,79%	331 415,93	7,24%	1 087 364,64	10,87%
	TOTAL DE PROVEITOS	4 729 690,36	100,00%	4 575 350,21	100,00%	10 003 311,21	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		jun/17	%	jun/16	%	dez/16	%
Cl.	Designação						
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	167 469,92	3,99%	150 386,20	3,78%	343 993,50	4,27%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 106 296,24	26,35%	1 064 522,15	26,72%	1 981 606,89	24,61%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	107 568,52	2,56%	81 114,20	2,04%	148 374,85	1,84%
64	Custos com o pessoal	1 857 243,10	44,24%	1 870 389,19	46,95%	3 590 034,60	44,59%
65	Outros custos e perdas operacionais	56 424,35	1,34%	28 212,87	0,71%	115 687,70	1,44%
66	Amortizações do exercício	668 742,65	15,93%	653 368,23	16,40%	1 314 596,13	16,33%
67	Provisões do exercício	1 710,17	0,04%	372,12	0,01%	1 910,17	0,02%
68	Custos e perdas financeiros	116 291,20	2,77%	110 262,08	2,77%	489 106,88	6,08%
69	Custos e perdas extraordinários	116 337,59	2,77%	24 799,20	0,62%	65 630,16	0,82%
	TOTAL DE CUSTOS	4 198 083,74	100,00%	3 983 426,24	100,00%	8 050 940,88	100,00%

13. A estrutura de proveitos sofreu um acréscimo face a igual período do ano anterior (mais 154.340,15 € ou 3,37%, quando em igual período do ano transato foi verificado um acréscimo de 2,66% - 118.700,18 € face a junho de 2015), variação que se encontra associada aos acréscimos em “Impostos e Taxas” (mais 64.781,08 € - 9,53%), “Proveitos suplementares” (mais 71.005,29 €), “Transferências e subsídios obtidos” (mais 51.205,16 € - 1,71%).

Em sentido inverso, verificou-se o decréscimo na rubrica de "Vendas e Prestações de serviços" (menos 2.098,56 € - 0,46%), "Trabalhos para a própria entidade" (menos 19.385,59 € - 100%) e "Proveitos e ganhos financeiros" (menos 1.112,58 € - 85,83%) e "Proveitos e ganhos extraordinários" (menos 10.054,65 € - 3,03%).

Para as variações apresentadas, apesar da inexpressividade da variação em sentido negativo das "Vendas e prestações de serviços" (menos 2.098,56 €), o acréscimo nos "Impostos e Taxas", permite o registo em sentido positivo ao nível do acréscimo de proveitos, sendo o mesmo justificado na sua quase totalidade (98%) pelo acréscimo dos proveitos com IMI (mais 55.000 €), IMT (mais 3.275,67), IUC (mais 4.807,97 €) e derrama (mais 250 €). Importa ainda referir o acréscimo de proveitos proveniente de loteamentos e obras (mais 9.331,62 €). As restantes variações dentro das rubricas em referência são inexpressivas.

No que se refere à rubrica de "Proveitos Suplementares", o acréscimo identificado está associado à consideração de receita proveniente da renda da conceção trimestral obtida da "EDP".

Relativamente aos "Trabalhos para a própria entidade", no primeiro semestre de 2017 não se procedeu ao seu registo, sendo que no primeiro semestre de 2016 esses registos foram tidos em consideração, justificando-se assim a evolução verificada.

Com referência à rubrica de "Transferências e subsídios obtidos", a variação identificada é de 51.205,16 € a mais face ao verificado em junho de 2016, essencialmente em resultado do acréscimo das transferências associadas ao Orçamento de Estado ao nível do Fundo de Equilíbrio Municipal".

A rubrica de "Proveitos e ganhos financeiros" corresponde, na sua generalidade a juros obtidos durante o primeiro semestre de atividade.

Tendo como referência os "Proveitos e ganhos extraordinários" o decréscimo apresentado está essencialmente relacionado com a redução de ganhos em bens do "imobilizado" e "existências", sendo que a restante rubrica mais significativa corresponde à imputação semestral de subsídios ao investimento.

- 14.** No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um acréscimo de 214.657,50 € (5,39%) em relação ao verificado em junho de 2016. Das variações existentes importa destacar os decréscimos ao nível das "Custos com o pessoal" (menos 13.146,09 € - 0,7%), sendo que todas as restantes rubricas apresentaram acréscimo quando comparadas com igual período do ano anterior.

Com referência a "Custos e perdas extraordinários", o acréscimo identificado está essencialmente relacionado com restituições de receita de períodos anteriores (mais 53.461,58 € do que o verificado em igual período transato) e transferências a favor de instituições sem fins lucrativos (no valor de 39.210,30 € - apoio ao associativismo) que reportam ao ano de 2016 (sendo, por isso, registadas em custos de exercícios anteriores).

No que se refere às "Amortizações do Exercício", o acréscimo de valor está relacionado com a entrada em funcionamento de bens de investimento, designadamente os que transitaram da internalização da empresa EMCEL.

Ao nível dos "Custos e perdas financeiros", face ao verificado em junho de 2016, assistimos a um acréscimo de 6.029,12 €, sendo que, mantendo-se os critérios de registo dos juros constantes com os verificados em períodos passados (adequada aplicação do princípio da especialização dos exercícios), esta situação justifica-se com maiores custos praticados pelas Instituições Financeiras nas operações praticadas.

Atentando na rubrica de "Provisões do exercício", esta apresenta variação pouco significativa face a junho de 2016 (mais 1.338,05 €), estando as mesmas relacionadas com situações de cobranças duvidosas de valores a receber de água e saneamento básico, sendo que os valores apurados resultam das regras estipuladas pelo POCAL.

Analisando a rubrica de "Outros custos e perdas operacionais", identifica-se um acréscimo de 28.211,48 € (valor duplicou face ao registado em 2016) pelo facto de em 2017 se ter registado um custo não existente em 2016 associado a amortizações de bens da EMCEL que ainda não transitaram para o Município, mas que já se encontram ao seu serviço.

No que se refere às rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, comparativamente com junho de 2016, a evolução consta do seguinte:

Conta	Designação	Saldos em 30 de junho de		Variação	
		2017	2016	Absoluta	%
62211	Electricidade	111 772,41 €	90 136,92 €	21 635,49 €	24,00%
62212	Combustíveis	51 015,58 €	58 266,64 €	- 7 251,06 €	-12,44%
62214	Outros fluidos	2 403,90 €	5 372,33 €	- 2 968,43 €	-55,25%
62215	Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	6 653,38 €	9 128,31 €	- 2 474,93 €	-27,11%
62216	Livros e documentação técnica	1 027,87 €	1 867,23 €	- 839,36 €	-44,95%
62217	Material de escritório	8 524,07 €	5 528,62 €	2 995,45 €	54,18%
62218	Artigos para oferta	283,92 €	- €	283,92 €	0,00%
62219	Rendas e alugueres	72 243,86 €	65 456,39 €	6 787,47 €	10,37%
62221	Despesas de representação	10 643,60 €	2 663,92 €	7 979,68 €	299,55%
62222	Comunicação	25 790,06 €	23 213,14 €	2 576,92 €	11,10%
62223	Seguros	24 826,00 €	26 421,05 €	- 1 595,05 €	-6,04%
62229	Honorários	38 187,97 €	27 698,77 €	10 489,20 €	37,87%
62231	Contencioso e notariado	120,00 €	6 479,27 €	- 6 359,27 €	-98,15%
62232	Conservação e reparação	65 944,77 €	40 859,58 €	25 085,19 €	61,39%
62233	Publicidade e propaganda	677,55 €	2 443,57 €	- 1 766,02 €	-72,27%
62234	Limpeza, higiene e conforto	5 232,37 €	5 343,24 €	- 110,87 €	-2,07%
62236	Trabalhos especializados	349 655,25 €	305 455,00 €	44 200,25 €	14,47%
62237	Tratamento de resíduos sólidos	51 432,87 €	34 552,57 €	16 880,30 €	48,85%
62238	Transportes Escolares	59 094,29 €	53 492,53 €	5 601,76 €	10,47%
62239	Saneamento	37 911,83 €	97 225,18 €	- 59 313,35 €	-61,01%
62290	Encargos de cobrança	20 353,46 €	17 190,44 €	3 163,02 €	18,40%
62298	Outros FSE's	162 501,23 €	185 727,45 €	- 23 226,22 €	-12,51%
Totais		1 106 296,24 €	1 064 522,15 €	41 774,09 €	3,92%

Das variações mais significativas constantes do quadro acima, importa referir o seguinte:

- Eletricidade: o acréscimo identificado está relacionado com dificuldades de faturação pela "Galp Power", em 2016, situação entretanto regularizada;
- Rendas e alugueres: registo em 2017 do protocolo de cedência de espaço pela COCEBA;
- Honorários: essencialmente serviços jurídicos externos e de outros profissionais liberais em eventos do Município;
- Conservação e reparação: os valores mais significativos, além de reparações de bens do Município, destaca-se a conservação do Tribunal Judicial;
- Trabalhos Especializados: acréscimo de custos com serviços informáticos e comparticipação do Município nas candidaturas da associação Aldeias Históricas de Portugal;
- Tratamento de resíduos sólidos: relacionado com o acréscimo e custos dos serviços, situação a ajustar nas tarifas;
- Encargos de cobrança: relacionado com os valores cobrados pela Administração Tributária na cobrança dos impostos Municipais.

15. Conjugando os efeitos das situações descritas nos parágrafos anteriores, os acréscimos de rendimentos em valor inferior ao acréscimo dos gastos do período justificam a apresentação de um resultado líquido positivo de 531.607 €, facto que constitui, em relação a igual período do ano anterior, um ligeiro decréscimo ao nível do desempenho económico e financeiro do Município uma vez que no período homólogo comparativo, o resultado líquido apontava para um valor de 591.924 €.

16. A análise da demonstração de resultados intercalar não apresenta obviamente o mesmo rigor que se verifica no final de cada exercício económico, uma vez que neste período intercalar não se encontra assegurada a integral especialização contabilística dos custos e proveitos, especificamente para as situações de reduzido valor contabilístico.

ANÁLISE FINANCEIRA

17. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	jun/17	%	jun/16	%	dez/16	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	220 802,12	48,96%	176 603,40	43,56%	189 059,89	45,38%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	4 214,69	0,93%	5 889,00	1,45%	3 583,21	0,86%
24	Estado e outros entes públicos	7 277,89	1,61%	4 236,42	1,04%	5 294,40	1,27%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	218 704,07	48,49%	218 704,07	53,94%	218 704,07	52,49%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	450 998,77	100,00%	405 432,89	100,00%	416 641,57	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	450 998,77	100,00%	405 432,89	100,00%	416 641,57	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	jun/17	%	jun/16	%	dez/16	%
2311	Empréstimos de curto prazo	464 844,32	2,54%	482 539,59	2,52%	474 530,14	2,54%
221	Fornecedores c/c	3 647 523,38	19,92%	3 836 618,83	20,04%	3 796 065,21	20,32%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	294 807,62	1,61%	122 342,81	0,64%	45 217,49	0,24%
217	Clientes e utentes c/cauções	27 802,41	0,15%	27 802,41	0,15%	27 802,41	0,15%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	4 568 884,13	24,96%	5 038 964,81	26,32%	4 678 236,19	25,04%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outro entes públicos	675 821,30	3,69%	742 528,53	3,88%	671 982,70	3,60%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	4 341 013,88	23,71%	4 457 289,72	23,28%	3 316 392,81	17,75%
	Total Curto Prazo	14 020 697,04	76,58%	14 708 086,70	76,83%	13 010 226,95	69,63%
2312	Dívidas a instituições de crédito	4 287 311,31	23,42%	4 111 878,99	21,48%	4 603 859,81	24,64%
2689	Outros credores	0,00	0,00%	322 998,52	1,69%	1 069 465,22	5,72%
	Total Médio Longo Prazo	4 287 311,31	23,42%	4 434 877,51	23,17%	5 673 325,03	30,37%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	18 308 008,35	100,00%	19 142 964,21	100,00%	18 683 551,98	100,00%

18. As dívidas a receber apresentam um acréscimo, face ao igual período do ano anterior na ordem dos 45.566 € (mais 11%), assim como valores acima dos verificados quando comparados com o termo do exercício de 2016 (mais 34.357 €). A variação identificada está essencialmente relacionada com o acréscimo dos saldos de "Clientes, contribuintes e utentes".

19. No que se refere às dívidas a pagar, se comparamos com junho de 2016, importa destacar o decréscimo do passivo global (englobando o curto e o médio e longo prazo), sendo essa diminuição de 511.957,34 €. Contudo, fruto da internalização da atividade e dos passivos provenientes da EMCEL, se comparamos as dívidas a pagar em junho de 2017 com o valor a pagar reportado a dezembro de 2016, este sofre um acréscimo de 693.922 € (mais 4%). As situações relacionadas com fornecedores e outros credores contribuem para o efeito apresentado (mais 1.274.211,20 € na soma destas rubricas), sendo que os decréscimos de dívida de empréstimos (curto e médio e longo prazo) – menos 326.234,32 €, associados aos decréscimos de dívida a fornecedores (menos 257.893,99 €) e à variação do saldo a favor do Estado (mais 3.838,60 €), justificam a variações acima referida face a dezembro último.

20. No âmbito da **Lei das Finanças Locais** (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) **Capítulo V**, verifica-se que:

- a)** A informação remetida à DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) reportada a 30 de junho de 2017, aponta o Município como tendo um montante em excesso de dívida no valor de 5.883.462 € (que compara com 7.139.263 € em junho de 2016, com 8.757.064 € em junho de 2015 e 11.746.603 € em

junho de 2014). Contudo, importa salientar que com reporte a 30 de junho de 2017, o Município tinha procedido à redução do excesso de endividamento em 8,07%, indo de encontro a práticas já ocorridas em períodos anteriores. Importa referir que, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º da Lei do Orçamento do Estado para 2017 (Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro), as entidades incluídas no subsetor da administração local, reduzem no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2016.

- b)** O excesso de endividamento e a existência de créditos de terceiros já largamente vencidos em resultado do acumulado de situações de vários anos anteriores, justificam que o prazo médio de pagamentos seja de 1078 dias (em 31 de dezembro de 2016) e de 944 dias com reporte a 30 de junho de 2017.
- c)** Nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro) e correspondente regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho), a título informativo, refere-se que:
- i) Os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis (n.º 2 artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 17/2012 de 21 de junho), situação devidamente demonstrada no mapa de “Fundos Disponíveis” obtido a partir do sítio na internet na DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais). Deste modo, com reporte a 30 de junho de 2017, os fundos disponíveis ascendiam a 1.622.235,88 €;
 - ii) Importa considerar que o montante de compromissos assumidos de dívida acumulada encontra-se, em termos de orçamento e mapa de fundos disponíveis, compensado por receitas previstas resultantes do recurso ao mecanismo do saneamento financeiro (5.475.802 € em receitas correntes – outras receitas correntes e, 6.161.335 € em outras receitas de capital, perfazendo um total de 11.637.137 €), o que a não suceder, implicaria a existência de fundos disponíveis negativos. Importa referir, que só utilizando este mecanismo é que é possível apresentar equilíbrio orçamental, tal como definido pelo artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.
 - iii) Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, para efeitos de cumprimento do artigo 7.º da LPCA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior.
- d)** Os constrangimentos financeiros existentes no Município, associados ao comprometimento da dívida e previsão de receita com recurso a programas de financiamento, sendo situações não concretizadas implicam baixos graus de execução orçamental quer ao nível da receita e da despesa, pese embora,

nos termos do artigo 56.º da Lei das Finanças Locais (lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), haja lugar aos alertas por parte da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

- e)** Adicionalmente, a situação de dívidas acumuladas pelo Município, tal como demonstra a ficha do Município reportada ao segundo trimestre de 2017 obtida da DGAL, permite aferir pelo não cumprimento do n.º 1 do artigo 52.º da Lei das Finanças Locais, razão pela qual o Município continua obrigado, em cada ano, ao cumprimento da redução de 10% do excesso de endividamento.

Viseu, 25 de agosto de 2017

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102